

EUROPA - PORTUGAL

(Continuado da 1.ª página)
 multos dos seus progenitores e defensores. O seu último alento, nessa fase, manifestou-se com o «Programa de Política Económica e Social», de Fevereiro de 75, logo arquivado em Março, depois do histórico 11. Mas as forças revolucionárias, embriagadas por triunfos relativamente — ou aparentemente — fáceis, acentuaram um voluntarismo e uma escalada «verbal», que afinal dissimulavam fraquezas muito evidentes. E a menos evidente não era, por certo, o facto de se manter intacta a «questão do poder»: confiou-se em que a

conquista «por dentro» dos aparelhos do poder seria suficiente para tornar o poder revolucionário, para resolver a questão do poder. Ilusão reformista. Com efeito, não só não há revolução sem poder revolucionário (logo não-burguês), como — e isso é fundamental — é necessário ter presente que uma revolução não se anuncia nem se ameaça: faz-se (se as condições são propícias) ou prepara-se (se o não são). Agitar a revolução como uma «ameaça», em lugar de lhe criar as condições, como uma «necessidade», exige menos esforço, contenta-se com quadros po-

líticos menos numerosos e menos esclarecidos, dispensa um trabalho de massas aprofundado: mas o que prepara, em última análise, é a contra-revolução.

Não é, pois, por acaso que, ao fim de muitos meses de esquecimento, voltam agora à superfície os Sá Carneiros e os aprendizes de Spínola. Que os dirigentes do PS aparecem enfim sem disfarces revolucionários. Mantidos os mecanismos capitalistas, mantido um poder hesitante e comprometido (e como não seria, se não era um poder revolucionário?), o tempo — traduzido em agravamento e impossibilidade de solução dos problemas económicos, em desgastantes crises políticas — jogava a seu favor. Só que já lhes não é possível, agora, aparecer como a «direita da esquerda», mas isso é o menos.

Não é também por acaso que se volta a pôr a questão do «reforço dos laços europeus», que se assiste a uma nova investida junto do capital monopolista europeu. Agora, porém, é outra a alternativa que se lhe opõe: o «reforço da independência nacional». E isto que quer dizer? Até aqui pouco menos tem sido do que um «slogan», uma expressão utilizada por todo o gato sapato, em nome da qual todos dizem agir. Poderia, então, parecer que é um objecto de consenso generalizado: na realidade não é mais do que um verbalismo demagógico sem qualquer conteúdo, e por isso mesmo qualquer consenso à sua volta só poderia ser falso e mistificador. Ora é claro que a independência nacional «só pode» constituir objectivo e tarefa de um poder

revolucionário. E inversamente, o poder só será revolucionário se formular com precisão, e aplicar com firmeza, uma política de independência nacional. As forças revolucionárias ainda não formularam tal política, quando é certo que preparar a revolução não é só intensificar as lutas sociais e populares, é sobretudo enunciar os pontos concretos de uma «política revolucionária» e, permanentemente, confrontá-los — como alternativa a ser seguida. É discuti-los com as massas, levá-las a compreender por que são incompatíveis tais alternativas, traduzir essa política numa estratégia nas quais aquelas lutas se integrem.

Um dos pontos que tem de fazer parte de uma política de efectiva independência nacional é precisamente a questão, muito concreta, das nossas ligações económicas — até hoje preponderantes — com a Europa. Para essa questão é urgente definir uma alternativa revolucionária, enquadrada numa política «interna» e «externa» — com a política que está terna» que, por se apoiar nas massas, encontre nelas a força para enfrentar os sacrifícios inevitáveis que uma Revolução comporta. Só definida essa alternativa será possível demonstrar com a clareza indispensável porque a «entrega» que se prepara actualmente ao Mercado Comum não é mais do que uma resposta — a do capital — a um problema para o qual existe «outra» resposta — a dos trabalhadores. Ou seja, porquê essa resposta irá reforçar a dependência nacional e só poderá, portanto, agravar, em lugar de destruir, a exploração dos trabalhadores portugueses.

Jornalistas sem informação do Conselho da Revolução

O Conselho da Revolução, está reunido desde as 10 horas, no antigo Ministério do Ultramar, ao Restelo.

Não foi permitida a entrada aos jornalistas presentes, nem foram feitas quaisquer declarações pelos poucos membros do Conselho avistados da porta de entrada. Vasco Lourenço, disse que nada tinha a declarar e fez sinal à Imprensa que esperasse. Porém, os jornalistas decidiram de comum acordo, retirar-se em sinal de protesto, ao que consideraram desprezo pela informação.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS DA FORÇA AÉREA

Encontram-se também reunidos, desde as 9.30, na Base Aérea Nº 1 em Sintra, os delegados representantes da Força Aérea, com a presença do Chefe do Estado-Maior respectivo.

O plenário de sargentos deste ramo das Forças Armadas que reuniu no C.S.M. foi interrompido antontem. Entretanto, aprovou, por maioria, uma moção de confiança na «comissão coordenadora de sargentos» dissolvida aquando da reestruturação efectuada pelo CEMFA na sua directiva de 31 de Agosto. Essa directiva directiva do general Morais e Silva acabou também com o Gabinete do M.F.A. na Força Aérea. É curioso notar que um dos membros deste Gabinete, o capitão Barbosa Pereira, foi agora eleito democraticamente como representante da sua unidade na Assembleia da F.A.